



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

* MINUTA DE DOCUMENTO

Anexo II - Contrato de prestação de serviços de engenharia e arquitetura necessários para elaboração de projetos para ampliação do prédio que abriga o Cartório Eleitoral de Corumbá/MS e de Ponta Porã/MS, contemplando estudos técnicos iniciais, elaboração dos projetos executivos, aprovação dos projetos nos órgãos competentes e elaboração de planilha orçamentária, firmado entre a União, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx

Pelo presente instrumento a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, CNPJ. n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Hardy Waldschmidt, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a empresa xxxxxxxx, inscrita no CNPJ n. xxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxx, n. xxxx, , Bairro xxxxxxxxxxxx, na cidade de Campo Grande/MS, CEP xxxxxxxx, Telefone/fax: (xx) xxxxxxxx, e-mail: xxxxx@xxx.xxx, representada neste ato pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade n. xxxxx SSP/MS, CPF n. xxxxxx, doravante denominado Contratado, resolvem celebrar o presente termo de contrato, vinculando-se ao Procedimento Administrativo SEI 0003561-17.2021.6.12.8000 – Convite nº 01/2021, e proposta da contratada, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia e arquitetura necessários para elaboração de projetos para ampliação do prédio que abriga o Cartório Eleitoral de Corumbá/MS e de Ponta Porã/MS, contemplando estudos técnicos iniciais, elaboração dos projetos executivos, aprovação dos projetos nos órgãos competentes e elaboração de planilha orçamentária conforme legislação vigente, conforme as especificações técnicas constantes da proposta da contratada e do Projeto Básico, que ficam fazendo parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição;

a) O prédio que abriga o Cartório Eleitoral de Corumbá/MS tem área construída de 479,25 m² em um lote de 1.437,48 m² situado na Rua Duque de Caxias, 45, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Corumbá, MS;

b) O prédio que abriga o Cartório Eleitoral de Ponta Porã/MS tem área construída de 599,76 m² em um lote de 1.800,00 m² situado na Rua Baltazar Saldanha, 1591, Jardim Ipanema, Ponta Porã, MS;

c) Os projetos de ampliação dos prédios deverão contemplar uma área construída de aproximadamente 240,00 m² (podendo variar 40,00m² para mais ou para menos), podendo ser projetado como térreo ou térreo e pavimento superior (a critério do TRE/MS) e se destinará ao ambiente utilizado como Depósito e Manutenção de Urnas Eletrônicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. O detalhamento dos serviços estão elencados no ***CAPÍTULO VII - DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES PREVISTAS e CAPÍTULO VIII - DA SUSTENTABILIDADE.*** do Projeto Básico (anexo I), contemplando resumidamente:

a) Estudos Preliminares: levantamento in loco da situação atual do imóvel para estudo inicial do projeto - a ser realizada em companhia da Fiscalização do Contrato;

b) Projeto aprovado na Prefeitura Municipal: projeto aprovado na Prefeitura Municipal de Corumbá e Ponta Porã;

c) Projetos Executivos: Arquitetônico, Estrutural (inclusive fundação), Instalações Elétricas, Instalações Hidrossanitárias e Projeto de Proteção contra Incêndio e Pânico. Peças gráficas contendo todas as intervenções necessárias para atendimento à toda legislação vigente, especialmente as que estabelecem normas e critérios de acessibilidade e segurança, elaborados por profissionais competentes, com alto grau de detalhamento. Memorial Executivo de todas as intervenções;

d) Planilha Orçamentária: Planilha contendo a especificação, quantitativo e preços (com base no Decreto Federal Nº 7.983 de 8 de abril de 2013) de todos os serviços a serem executados (material e mão de obra), inclusive: memória de cálculo, curva ABC, listagem da composição de todos os serviços e cronograma físico-financeiro. A Fiscalização do contrato poderá solicitar ao orçamentista a inclusão de serviços referentes à reforma do prédio (pintura, substituição de esquadrias, substituição de equipamentos de ar condicionado, serviços de construção civil relacionados à manutenção preventiva ou corretiva) na planilha orçamentária, indicando os quantitativos, para que o responsável técnico pelo orçamento verifique os valores de referência e inclua na mesma relação dos serviços necessários à execução do projeto de acessibilidade;

e) Realinhamento dos valores da Planilha Orçamentária: a contratada deverá providenciar a atualização dos valores dos insumos que compõe os serviços da planilha orçamentária, caso necessário.

2.2. Nos serviços técnicos envolvidos na execução deste contrato devem estar inclusos fornecimento de mão-de-obra especializada, equipamentos, programas de computador, ferramentas, instrumentos e materiais básicos para execução dos serviços pela contratada.

2.2.1. Serão de inteira responsabilidade da contratada as despesas com pessoal, imposto, alimentação, transporte, material, etc.;

2.2.2. A Contratada deverá ainda providenciar, sem custos para o TRE/MS o recolhimento das A.R.T's.- Anotações de Responsabilidade Técnica para todos os projetos, serviços e profissionais envolvidos, inclusive do orçamentista.

2.3. A Contratada responde perante a Contratante por todos os serviços ora contratados, cumprindo e fazendo cumprir todos os prazos estabelecidos, devendo ainda interagir com a fiscalização de forma a obedecer ao estabelecido neste contrato.

2.4. Considera-se a contratada como altamente especializada nos serviços elaboração dos projetos constantes do objeto desta avença e, por consequência das obrigações assumidas neste contrato, a mesma fica obrigada a arcar com quaisquer complementações, omissões, falhas ou incorreções que por acaso forem detectados nos Projetos, mas que sejam implícitos e necessários à perfeita realização do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do objeto será indireta sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1. O período de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser extinto antes deste prazo pela total resolução do objeto contratado ou prorrogado no caso de não conclusão dos serviços.

4.2. Os prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:

a) Prazo de início: a partir da data do recebimento pela contratada da comunicação (Ordem de Serviço) da fiscalização.

b) Prazo para entrega do Projeto Executivo e Planilha Orçamentária: 120 (cento e vinte) dias - contados da Ordem de Serviço;

c) Prazo para o Realinhamento dos Valores da Planilha Orçamentária: 15 (quinze) dias contados da entrega da Ordem de Serviço solicitando o realinhamento.

4.3. As prorrogações de prazos, de início, de conclusão, entrega e desempenho dos serviços, poderão ser deferidas por autoridade competente do Tribunal Eleitoral, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93, ou por autorização expressa da Administração, mediante análise do caso.

4.4. Não serão computados nos prazos contratuais os dias perdidos em função da aprovação de serviços pelo Tribunal.

4.4.1. O período em que o Contratante der causa para que os trabalhos da Contratada fiquem paralisados, ainda que parcialmente, deverão ser objeto de análise da fiscalização, a quem incumbirá definir qual o impacto da paralisação no bom andamento dos trabalhos e no cumprimento do prazo, apontando ao final qual o número de dias que deverá ser dado à Contratada a título de reposição.

4.5. Durante a execução da futura obra, caso sejam identificadas necessidade de correções, reparos, complementações ou quaisquer outros serviços pertinentes aos projetos, que impactem na execução da obra, e tenham sido caracterizados pelo TRE/MS como falha ou omissão da elaboração dos projetos/serviços, a contratada deverá realizar os serviços correspondentes, sem qualquer ônus para o TRE/MS, em um prazo máximo de 7 dias, ou outro que a fiscalização vier a determinar.

CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual exercício 2020, para a Unidade 14112: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, ação **xxxxxx**, Programa de Trabalho **xxxxxxxx**.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O valor total do contrato é de **R\$ xxxxx (xxxxxxxxxx)**, conforme Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **CAPÍTULO XII - DOCUMENTOS PARA PAGAMENTO**. e **CAPÍTULO XIII - FORMA DE PAGAMENTO** do Projeto Básico.

7.2. O pagamento será realizado mediante depósito efetuado em Conta Corrente informada na proposta, em nome da contratada, desde que atendidas todas as condições de serviço previstos neste contrato, e que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento, devendo ser apresentados juntamente com a Nota Fiscal/fatura via de **REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (RRT)** ou **ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART)** do serviço;

7.3. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficial à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

7.4. A nota fiscal/fatura deverá destacar todos os tributos que serão retidos na forma estabelecida pelas Resoluções da Secretaria da Receita Federal, devendo a contratada, antes da emissão da nota, entrar em contato com a Coordenadoria de Orçamento e Finanças do TRE/MS (telefone: (67) 2107-7000), solicitando orientações sobre o preenchimento da nota.

7.5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, desde que tal delonga não seja motivada pelo contratado, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de

adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$$I = i / 365 \text{ onde } I = (6/100) / 365.$$

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1. De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/01, não haverá reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

8.1.1. No caso da não conclusão do objeto dentro do prazo da vigência do contrato, a contratada deverá requerer o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, observando o interregno mínimo de doze meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

8.1.2. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

8.1.3. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

8.2. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3. Ensejará o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato no caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

9.1. Os direitos e deveres do CONTRATANTE estão dispostos no **CAPITULO XV - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** do Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. As obrigações e responsabilidades do CONTRATADO estão dispostas no **CAPITULO XIV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** do Projeto Básico.

10.2. É vedado à contratada subcontratar no todo, o objeto do presente contrato, respondendo a contratada perante a contratante pela execução total do objeto e não haverá qualquer relação entre a contratante e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, ela é plenamente responsável. A responsabilidade da contratante é plena, legal e contratual.

10.3. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o §1º do art. 65 da Lei de Licitações.

10.4. Manter, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.5. Com vistas à preservação e cumprimento das questões de ética e conduta previstas em normativos vigentes, os funcionários da empresa contratada, no cumprimento das atividades deste contrato, devem seguir as diretrizes do Código de Ética do TRE/MS - Resolução n. 690, de 1 de junho de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. As disposições acerca da fiscalização dos serviços estão previstas no **CAPITULO X - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS** do Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. No término dos serviços a empresa contratada deverá comunicar a fiscalização para recebimento dos serviços contratados.

12.1.1. O resultado final dos serviços deverá ser entregue ao TRE da seguinte forma:

a) Todos os projetos plotados e assinados em 02 vias, em escalas normatizadas, e em arquivos em extensões .PDF e .DWG, inclusive no formato utilizado pelos softwares de cada projeto (para possível edição futura), gravados em mídia digital ou encaminhado via e-mail;

b) Planilha orçamentária, Composição de custos, Curva ABC para material e mão de obra, Planilha de composição de BDI e Leis Sociais e Cronograma físico-financeiro impressos e assinados em 01 via em papel A4 e mídia digital ou e-mail contendo os arquivos em extensão .XLS;

12.2. O recebimento deverá ser realizado conforme as disposições da Lei n.8.666/93 e do **CAPITULO XVI - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS** do Projeto Básico:

a) PROVISORIAMENTE pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da empresa contratada;

b) DEFINITIVAMENTE por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em prazo não superior a 10 (dez) dias e observado o disposto no arts. 69 e 76 da Lei 8.666/93.

12.3. O Recebimento definitivo dos serviços não isenta a empresa de realizar, a suas expensas, qualquer necessidade de correção, complementação ou alterações caracterizadas como falhas ou omissões do projeto, e identificadas durante a execução futura dos serviços.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Projeto Básico, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

13.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados.

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

13.3 Será aplicada **MULTA**, da seguinte forma:

a) de **0,1%** sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, pelo **atraso injustificado do início dos serviços**, até o limite máximo de 15 dias consecutivos. Após o décimo quinto dia, a multa diária passará a 0,2% e a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;

b) de **2%** por dia de **atraso na entrega dos serviços**, sobre o valor total do contrato, limitada a sua aplicação a 10 dias. Após o décimo dia a multa diária passará a 5% (cinco por cento); após o décimo quinto dia, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;

c) de **4%** sobre o valor total do contrato, após a segunda ocorrência de penalidade de mesma natureza;

d) de **5%** sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **atraso na emissão e no encaminhamento do documento fiscal hábil** (nota fiscal) para pagamento;

e) de **7,5%** sobre o valor total do contrato, caso **não queira receber a Nota de Empenho, ou assinar o contrato ou ainda, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório**, na forma prevista em Lei;

f) de **10%** sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais, - que não estejam especificada nas outras alíneas deste item -**, no Projeto Básico ou de ordens da fiscalização.

g) de **30%** do valor total do contrato, caso a contratada, **por sucessivas falhas, leve o TRE/MS a rescindir o contrato, ou por deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

13.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

13.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

13.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 abaixo;

13.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

13.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

13.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

13.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

13.4. Será aplicada **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sem prejuízo da multa:

13.4.1. Se a Contratada, por atrasos sucessivos e não justificados, levar o Tribunal a rescindir o Contrato.

13.4.2. Se a Contratada deixar de cumprir definitivamente obrigação prevista neste contrato ou Projeto Básico.

13.5. Será expedida **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

13.5.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

13.6. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

13.6.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

13.6.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

13.7. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

13.7.1. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

13.8. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 13.6.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

14.2. Fica desde já consignado neste termo a expressa anuência da contratada com a possibilidade de aplicação do disposto no inciso II, do § 2º, artigo 65, da Lei 8.666/93, a critério da Administração, não havendo necessidade de posterior termo ratificando tal prerrogativa.

14.3. A rescisão do presente *Contrato* somente ocorrerá nos casos estritamente previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

14.4. A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato **unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;

b) Determinada por ato **unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, devidamente motivada, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, reduzida a termo no Processo Administrativo.

c) Amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo, ficando previamente consignada neste termo a anuência das partes com o previsto no inc. II do art. 79 da Lei 8.666/93.

d) Judicial, nos termos da legislação vigente.

14.5. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.7. No caso de rescisão motivada pelo inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

17.1. É vedado a CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. A CONTRATADA, por si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – e a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a execução contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), vedado o repasse das informações a outras

empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.3. A CONTRATADA será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e das regulamentações emitidas posteriormente pela autoridade reguladora competente.

17.4. A CONTRATADA deverá garantir que quaisquer dados pessoais que forneça ao CONTRATANTE tenham sido obtidos de acordo com as regras previstas na LGPD.

17.5. A CONTRATADA obriga-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual.

17.6. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados.

17.7. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

17.8. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação.

17.9. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.10. O CONTRATANTE E A CONTRATADA comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento das suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

17.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

17.12. CONTRATANTE E A CONTRATADA se comprometem ainda, nas hipóteses de rescisão contratual, por qualquer motivo, ou por solicitação da outra Parte, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS FUNDAMENTOS

18.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

18.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como a legislação vigente, própria e/ou específica ao objeto deste contrato.

18.3. De acordo com Resolução do Conselho Nacional de Justiça é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

19.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

19.2.1. Em caso de alteração do endereço eletrônico, é obrigação da empresa comunicar ao TRE/MS a nova conta de e-mail válida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Na forma da Lei é competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande - MS para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam este contrato, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, xx de xxx de 2021.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
xxxxxxxxxxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN**, **Chefe de Seção**, em 22/09/2021, às 13:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1090045** e o código CRC **96430B26**.

0003561-17.2021.6.12.8000

1090045v2